

Estado de bem



**António
Domingues
Azevedo**

Bastonário
da Ordem dos
Técnicos Oficiais
de Contas

A comunicação social portuguesa, à semelhança do que acontece em qualquer parte do mundo, tem defeitos e méritos, sendo que estes devem ser enaltecidos e realçados. E no que diz respeito à exposição e denúncia de atropelos fiscais, eles são, em abono da verdade, muitos.

O mais recente exemplo de discriminação e abuso de poder da nossa Autoridade Tributária (AT) foi exibido por uma televisão em horário nobre. O caso conta-se em duas pinceladas. A AT está a notificar os contribuintes por causa das dívidas de restaurantes na zona do Porto. Sugere o fisco que em vez de pagar a este estabelecimento o contribuinte deve liquidar a sua despesa diretamente nos serviços de finanças. Um cliente, ouvido pela reportagem, chegou mesmo a receber duas notas de penhoras de crédito, depois de ter registado as suas faturas relativas às refeições. Esta situação raia o absurdo. É este lado negro e perverso do fisco que deve assustar e intimidar qualquer cidadão cumpridor e honesto que se preze.

Em nome do propalado valor da eficiência, o sistema fiscal funciona com uma dualidade gritante de princípios e critérios. Outro caso, não menos caricato, passa-se quando a administração fiscal é diligente e célebre a reclamar montantes em falta por parte dos contribuintes, mas já quando se coloca do outro lado da barricada – quando é preciso devolver valores e juros aos contribuintes

– exige sempre um requerimento e outros procedimentos burocráticos perfeitamente redundantes e, porque não dizê-lo, ridículos. É esta relação entre devedor e credor que permanece inquietantemente desequilibrada. E o mais preocupante é assistir que a vontade para que o tratamento seja igualitário é frágil, para não dizer inexistente.

Felizmente existe uma comunicação social atenta e, mais importante, cidadãos cientes, proativos e interessados em reforçar o espírito de cidadania fiscal. Apontar o dedo aos atropelos e reivindicar os direitos são práticas que, ainda não generalizadas, começam a entrar no quotidiano de muitos cidadãos. E é bom que assim seja, porque deste modo a sociedade será melhor, contra um Estado que não gostamos e não queremos. O espírito do “comer e calar” já faz parte de outros regimes.

O Presidente do Tribunal de Contas proferiu há um par de semanas, numa conferência organizada pela OTOC, uma frase que sou tentado a aplaudir e subscrever com vigor e entusiasmo, tal é o seu caráter cirúrgico e acertado. Disse Guilherme d’Oliveira Martins o seguinte: “Relativamente à grave crise financeira que sofremos, a sociedade tem respondido positivamente e é bom que o Estado esteja à altura destas respostas dos cidadãos. É a sociedade que está a responder melhor a este desafio correspondente à crise, cujos efeitos ainda sentimos. O Estado tem de ter os olhos postos nesta sociedade que está a responder bem e muitas vezes faz vista grossa”.

E eu, se me dão licença, acrescento: a corriqueira frase “menos Estado, melhor Estado”, devia ser substituída por “Estado sim, mas Estado de bem, por favor!”. ■

O autor escreve ao abrigo do novo acordo ortográfico.